

PROCESSO: SMA nº 9806/2006
INTERESSADO: ENGEPI - Engenharia e Pavimentação Ltda.
MUNICÍPIO: Jambeiro
ASSUNTO: Análise do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA das Obras de Implantação da Unidade de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos – UTGR Jambeiro
DATA: 13.04.2011

1. INTRODUÇÃO

Trata-se da súmula do Parecer Técnico nº 050/11/TACR, elaborado pelo Setor de Avaliação de Sistemas de Tratamento de Resíduos – TACR, do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental – TA, com a colaboração de outras equipes técnicas desta Companhia, para subsidiar a análise da viabilidade do empreendimento acima referenciado.

Segundo o EIA, o projeto apresentado visa as obras de implantação da Unidade de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos – UTGR Jambeiro, destinadas a receber resíduos domiciliares com co-disposição de resíduos Industriais Classes IIA e IIB, de acordo com a Norma Brasileira NBR 10004/2004 – Resíduos Sólidos – Classificação. Os municípios que a UTGR pretende atender municípios do Vale do Paraíba e Litoral Norte são: São José dos Campos, Ilhabela, Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião, Jambeiro, Paraibuna e Jacareí.

2. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A gleba destinada à implantação do empreendimento, com 1.389.926,04 m², situa-se na zona rural do município de Jambeiro, na estrada do Varadouro s/n, Remanescente da Fazenda São João, Bairro Capivari e Viradouro, município de Jambeiro. Está localizada na zona rural do município de Jambeiro, com acesso pela Rodovia dos Tamoios e pela antiga estrada de Jambeiro, cujo entorno predomina o cultivo de eucaliptos, e afastada de núcleos habitacionais.

O aterro ocupará uma área de 329,77 m² e receberá 2.000 t/dia de resíduos, com desenvolvimento previsto em 04 fases. A altura total do maciço será de aproximadamente 70 m, a partir da cota 715 m. Sua capacidade volumétrica é de 9.656.025 m³ e a vida útil estimada em 27,5 anos. A sua concepção prevê todos os sistemas de proteção e controles ambientais para este tipo de atividade, tais como: drenagens de águas pluviais, sistemas de impermeabilização de base, sistema de drenagem de líquidos percolados (na base e entre as camadas) com adequado tratamento e destinação final destes líquidos, drenagem de gases e cobertura diária dos resíduos com solo argiloso compactado.

Para o empreendimento foram previstos: sistema de isolamento com cerca e barreira vegetal, vigilância permanente, instalações de apoio e vias internas de acesso. Conforme descrito no EIA são, ainda, previstos: Programa de Comunicação e Participação Social; Plano de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais e Subterrâneas; Programa de Monitoramento da Emissão dos Gases; Programa de Monitoramento da Fauna; Programa de Recomposição Vegetal; Programa de Controle Ambiental das Obras; Programa de Monitoramento Geotécnico do Maciço de Resíduos; Plano de Controle e Prevenção de Acidentes, e Plano de Gerenciamento da Disposição de Resíduos no Aterro; Plano de Gestão de Resíduos Sólidos.

3. AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

Os principais potenciais impactos negativos ao meio ambiente, decorrentes das fases de planejamento, instalação, operação e encerramento do empreendimento, bem como, as principais

medidas mitigadoras e/ou compensatórias propostas pelo empreendedor e as sugeridas no Parecer Técnico 050/11/TACR são apresentados a seguir:

3.1 Fase de planejamento

Atendimento aos Aspectos Legais - foram apresentados os documentos relativos ao exame técnico e Certidão de Uso do Solo do Município, conforme artigos 5º e 10º da resolução CONAMA nº 237/97, indicando que a Prefeitura delega ao Estado o licenciamento e não se opõe à implantação do empreendimento na área proposta.

Expectativas da população - a divulgação das informações sobre a implantação do empreendimento pode causar dúvidas e inseguranças sobre eventuais incômodos decorrentes das atividades a serem desenvolvidas. Ainda podem surgir expectativas sobre a geração de empregos. Para mitigação desse impacto deverão ser implementados um Plano de Comunicação e Participação Social proposto pelo empreendedor e o Programa de Capacitação da Mão de Obra solicitado por este Departamento.

3.2 Fase de instalação

Supressão de vegetação e Intervenção em Áreas de Preservação Permanente - APPs - de acordo com o EIA, a ADA e a maior parte da Área de Influência Direta - AID encontram-se atualmente antropizadas e recobertas por reflorestamento com eucaliptos (*Eucalyptus sp.*). Para a implantação do empreendimento está prevista intervenção total de 82,1928 ha, com supressão de eucaliptos, frutíferas e vegetação secundária em estágio inicial, além de intervenção de 15,3912 ha em Área de Preservação Permanente – APP (de curso d'água e de topo de morro). Salienta-se que está prevista a implementação de Programa de Recomposição Vegetal, proposto pelo empreendedor, que deverá ser detalhado e apreciado na fase de LI, ocasião em que deverá ser solicitada a Autorização de Supressão de Vegetação e Intervenção em APPs.

Titularidade da área - a área de implantação da UTGR é atualmente objeto de um Instrumento Particular de Carta de Opção para Compra. Assim sendo, por ocasião da LI, o empreendedor deverá apresentar documento que comprove a titularidade da área.

Interferências em Patrimônio Arqueológico - O diagnóstico arqueológico da área de implantação do empreendimento aponta que não foram identificados vestígios arqueológicos, mas recomenda um programa de prospecção arqueológica intensiva na área. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN emitiu o Parecer Técnico nº 397/10 9ºSE/IPHAN/SP favorável à emissão da Licença Ambiental Prévia, condicionando a emissão da Licença de Instalação à realização do programa de prospecções intensivas em conjunto com um subprograma de educação patrimonial.

3.3 Fase de instalação/operação

Intensificação dos Processos de Dinâmica Superficial - o volume de solo necessário para as diversas obras do empreendimento foi estimado em 951.722 m³, sendo prevista a obtenção de 780.000 m³ na própria área de escavação para a implantação do aterro e 171.722 m³ em jazida existente na propriedade. Para mitigar os possíveis processos de dinâmica superficial, o empreendedor deverá implementar um Plano de Controle Ambiental das Obras, além de um Plano de Controle de Erosão e Assoreamento, solicitados por este Departamento.

Impactos sobre a fauna – a supressão de vegetação prevista assim como a mudança de uso da gleba poderá acarretar eventuais impactos sobre a fauna. Para mitigação desses impactos foi solicitado a implementação de um Programa de Supressão de Vegetação na fase de instalação, bem como, de um Programa de Monitoramento e de Minimização de Incômodos à Fauna para as fases de instalação e operação do empreendimento, contemplando, inclusive monitoramento de espécies ameaçadas encontradas na região.

Risco de acidentes e incômodos à população - devido à presença e movimentação de veículos pesados e coletores, durante a instalação e operação de empreendimentos, poderão ocorrer incômodos à população, tais como tráfego intenso, geração de poeira e espalhamento de lama, além de alterações no nível de ruído, na área de influência. Para mitigação desses incômodos deverão ser realizadas melhorias na via de acesso do empreendimento e a implementação dos Programas de Minimização de Incômodos e Controle de Tráfego.

3.4 Fase de operação

Potencial contaminação do solo, águas superficiais e subterrâneas- trata-se do impacto potencial de maior significância de um aterro sanitário, que é mitigável com a implantação de um bom projeto de engenharia. Portanto, visando mitigar esse potencial impacto, o empreendedor deverá apresentar para a fase de LI o detalhamento dos sistemas de impermeabilização inferior, drenagem das águas pluviais, drenagem dos gases, drenagem de líquidos percolados, bem como seu armazenamento, tratamento e destinação final. Deverá ainda implementar um Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais e Subterrâneas.

Instabilização do Maciço de Resíduos- Para monitorar as condições de estabilidade do maciço sanitário foram propostos a instalação de instrumentos, para acompanhamento do comportamento geotécnico do maciço, e a implementação de um Programa de Monitoramento Geotécnico do Aterro.

Geração e emissão de substâncias odoríferas - não são esperados episódios de geração e exalação de odores, uma vez que a direção predominante dos ventos é contrária aos possíveis receptores e está previsto um Programa de Controle e Minimização de Odores, solicitado por este Departamento.

Atração de Reservatórios e Vetores - o recebimento de resíduos em aterros sanitários, principalmente nas frentes de trabalho antes do aterramento dos mesmos, poderá atrair reservatórios e vetores de doenças. No entanto, esse potencial impacto será mitigado com a adequada operação do empreendimento e a adoção de medidas mitigadoras já propostas, e a implementação do Programa de Controle de Reservatórios e Vetores de Doenças, solicitado por este Departamento.

Interferências na segurança aeroportuária – não são esperadas tais interferências, uma vez que o Quarto Comando Aéreo Regional do Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa deferiu o pedido de implantação do empreendimento na área proposta e será implementado um Programa de Controle de Reservatórios e Vetores de Doenças e um Programa de Monitoramento e Controle da Avifauna, solicitados por este Departamento.

3.5 Fase de encerramento

Impactos da fase de Encerramento - quando do encerramento das atividades do Aterro, poderão ocorrer alguns impactos ambientais negativos, tais como: processos erosivos, instabilidades no maciço, odores, alteração da paisagem, dentre outros. O empreendedor apresentou uma proposta de encerramento, a qual deverá ser detalhada em um Plano de Encerramento detalhado, bem como, proposta de uso futuro da área, antes do término das atividades no local.

4. COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Foi apresentado no EIA um Programa de Compensação Ambiental, no qual o empreendedor propõe a aplicação de recursos financeiros Área de Proteção Ambiental – APA Federal da Bacia do Rio Paraíba do Sul. No entanto, tal proposta será submetida à apreciação da Câmara de Compensação Ambiental – CCA para a definição da aplicação dos recursos.

5. CONCLUSÃO

Face ao exposto, entende-se que o empreendimento é ambientalmente viável, desde que sejam implementadas as medidas propostas no EIA e atendidas as exigências técnicas definidas no Parecer Técnico 050/11/TACR. Nestes termos, o TA submete ao CONSEMA, a presente súmula, para verificação do interesse em apreciar a viabilidade ambiental das Obras de Implantação da Unidade de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos – UTGR Jambuí, no município de Jambuí, de responsabilidade da empresa ENGEP - Engenharia e Pavimentação Ltda.

ORIGINAL DEVIDAMENTE ASSINADO

Eng. Civ/Amb. Maria Silvia Romitelli

Gerente do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental

Reg. 4755; CREA 62.252/D